



## A reiteração permanente do modelo predatório do agronegócio brasileiro: o caso dos agrotóxicos

Frederico Daia Firmiano<sup>1\*</sup>  
Maria Eduarda Moreira de Almeida<sup>1</sup>  
Laura Giordano Galassi<sup>1</sup>  
May Azevedo Lopes<sup>1</sup>  
Manoela Mendonça de Lima<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste artigo, temos por objetivo analisar a conjuntura agrária brasileira, a partir do processo de aceleração da liberação e consumo de agrotóxicos, como parte do que pode ser chamado de reiteração permanente do modelo predatório dos agronegócios. Visamos perscrutar, ainda que de forma breve, o processo de emergência deste modelo no país. Abordamos aspectos políticos e econômicos da conjuntura agrária brasileira recente, com foco no atual governo do PT. Ainda, discutimos parte da literatura que tem abordado os impactos dos agrotóxicos para o meio ambiente e para a saúde humana e, por fim, abordamos o processo de liberação dos agrotóxicos no Brasil na última década, com especial atenção ao período de 2019 a 2023, que vai do governo Bolsonaro ao primeiro ano de governo Lula-Alckmin. Metodologicamente, trata-se de uma análise de conjuntura como um tipo de pesquisa interdisciplinar que visa à identificação de tendências e forças operantes na sociedade, articulada à análise histórico-crítica, mobilizando dados e informações secundárias como evidência empírica.

**Palavras-chave:** Agronegócios; Agrotóxicos; PL do Veneno; Conjuntura agrária; Governo Lula-Alckmin.

### The permanent reiteration of the predatory model of Brazilian agribusiness: the case of pesticides

**Abstract:** The aim of this article is to analyze the Brazilian agrarian situation, based on the process of accelerating the release and consumption of pesticides, as part of what can be called the permanent reiteration of the predatory agribusiness model. We aim to examine, although briefly, the process of this model's emergence in the country. We address political and economic aspects of the recent Brazilian agrarian situation, with a focus on the current current government, run by the Workers' Party of Brazil. We also discuss some of the literature that has addressed the impacts of pesticides on the environment and human health and, finally, we look at the process of releasing pesticides in Brazil over the last decade, with special attention to the period from 2019 to 2023, which goes from the Bolsonaro government to the first year of the Lula-Alckmin government. Methodologically, this is a conjuncture analysis as a type of interdisciplinary research that aims to identify trends and forces operating in society, articulated with historical-critical analysis, mobilizing secondary data and information as empirical evidence.

**Keywords:** Agribusiness; Agrototoxic; Law Draft of Poison; Agrarian conjuncture; Lula-Alckmin government.

<sup>1</sup>Universidade Estadual Paulista- UNESP, Brasil. \*Autor correspondente: [f.firmiano@unesp.br](mailto:f.firmiano@unesp.br)

## Introdução

Em 7 de abril de 2011, dia em que se comemora o Dia Mundial da Saúde, foi lançada no Brasil a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, a partir da articulação de um conjunto amplo de organizações não-governamentais, movimentos sociais, entidades estudantis e sindicais, entidades ligadas à ciência, dentre tantas outras, sob a avaliação de que os agrotóxicos simbolizavam o padrão destrutivo imposto pelo capital transnacional, apátrida, financeirizado no campo, ao controlar a produção e o comércio das mercadorias agrícolas, conformando um sistema agroalimentar internacional baseado na monocultura e no monopólio dos recursos naturais e ecológicos com sérios impactos negativos para a saúde humana e para o meio ambiente, ou, em outros, implicando de forma destrutiva a relação ser social e natureza<sup>2</sup>.

A partir de dados do Ibama, a Campanha revelou que, em 2022, haviam sido comercializadas 800 mil toneladas de ativos de agrotóxicos no país. Em 2017, o Censo Agropecuário, também citado pela Campanha, indicava que 1.816.144 estabelecimentos agrícolas utilizavam agrotóxicos. Em 2019, foram registrados 8.412 intoxicações, ou um aumento de 109% entre 2010 e 2019<sup>3</sup>.

Em 2024, o Instituto de Defesa de Consumidores (Idec) publicou o terceiro volume da série de estudos que vem realizando sob o título “Tem veneno nesse pacote”, a fim de avaliar a presença de agrotóxicos em produtos alimentícios ultraprocessados. Foram selecionadas amostras de 24 produtos, de 8 categorias, entre aqueles mais consumidos no Brasil, como macarrão instantâneo, biscoito a base de maisena e presunto, dentre outros com apelo infantil, como bebidas lácteas, bolos prontos, hambúrgueres, empanados à base de plantas (os chamados plant-based). No total, 12 produtos - entre os 24 - apresentaram resíduos de agrotóxicos, sendo que em 7 amostras foi encontrado o glifosato (agrotóxico herbicida mais vendido no mundo). Os biscoitos de maisena foram os que mais apresentaram resíduos de agrotóxicos, seguidos por hambúrgueres à base de plantas, macarrão instantâneo e bolo de chocolate (IDEC, 2024).

A despeito dos mais diversos alertas acerca dos riscos e impactos de sua utilização – como veremos mais adiante -, durante o governo Bolsonaro (2019-2022), quando o país conviveu, institucionalmente, com os quadros mais conservantistas do agro brasileiro, desde a redemocratização (Cf. FIRMIANO, 2020), foram liberados 2.182 agrotóxicos<sup>4</sup>. Mais recentemente, continua chamando a atenção o conjunto de notícias da imprensa sobre a liberação destes produtos no Brasil durante o primeiro ano de governo Lula-Alckmin, na presença de importantes modificações no plano institucional, no que se refere à “governança” dos agronegócios no país, nomeadamente, a política

<sup>2</sup> Disponível em: <https://contraosagrototoxicos.org/quem-somos/>. Acesso em 23 mai. 2024.

<sup>3</sup> Cf. <https://contraosagrototoxicos.org/base-de-conhecimento/dados-sobre-agrototoxicos/>. Acesso em 23 mai. 2024.

<sup>4</sup> Cf. <https://contraosagrototoxicos.org/base-de-conhecimento/dados-sobre-agrototoxicos/>. Acesso em 23 mai. 2024.

de flexibilização dos agrotóxicos representada, especialmente – mas não exclusivamente – pelo assim chamado “PL do Veneno” ora aprovado no Congresso Nacional.

Nesta comunicação, temos por objetivo analisar a conjuntura agrária brasileira, a partir do processo de aceleração da liberação e consumo de agrotóxicos, como parte do que pode ser chamado de reiteração permanente do modelo predatório dos agronegócios. Na primeira parte do trabalho, visamos perscrutar, ainda que de forma breve, o processo de emergência deste modelo no país. Abordamos, ainda, aspectos políticos e econômicos da conjuntura agrária brasileira recente, com foco no atual governo do PT. Em seguida, discutimos parte da literatura que tem abordado os impactos dos agrotóxicos para o meio ambiente e para a saúde humana e, por fim, abordamos o processo de liberação dos agrotóxicos no Brasil na última década, com especial atenção ao período de 2019 a 2023, ou do governo Bolsonaro ao primeiro ano de governo Lula-Alckmin.

Metodologicamente, trata-se de uma análise conjuntura como um tipo de pesquisa interdisciplinar que visa à identificação de tendências e forças operantes na sociedade, articulada à análise histórico-crítica, mobilizando dados e informações secundárias como evidenciação empírica.

### **Do “golpe verde” aos agronegócios no Brasil**

A revolução verde é o processo de “modernização” que alterou profundamente o cenário do campo e das relações de trabalho rural no Brasil e no mundo, a partir da segunda metade do século XX. A economia política desse processo, chamado de “golpe verde” por Novaes (2017), baseou-se em um rompimento com o modo produtivo tradicional da atividade agrícola que, pelas vias do investimento de capitais, sobretudo de fora, possibilitou a modernização e a mecanização dessa atividade, integrando a base técnica da agricultura à indústria, com a falsa promessa de acabar com a fome mundial, a despeito dos objetivos de aumento da produção de alimentos e matérias-primas, em detrimento da reforma agrária. Entretanto, além da não realização dessa promessa, no Brasil, foi um período marcado pelo aumento da concentração fundiária; intenso êxodo rural; modificação genética de sementes e, portanto, na redução no número de espécies cultivadas e na expansão da monocultura; pelo desmatamento e degradação de biomas naturais e biodiversidade; pela criação e dependência de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos e pelo aumento de emissões de gases do efeito estufa.

Pelo menos desde Liebig, o grande químico alemão, quem descobriu que as plantas precisavam de elementos minerais para atingirem o melhor potencial de crescimento e produção, e a emergência da indústria dos fertilizantes, as

instituições de ensino e pesquisa foram gradativamente aderindo ao modelo da “revolução verde”, formando agrônomos, pesquisadores, especialistas e outros profissionais dentro dessa filosofia. Nesse contexto, o “golpe verde”, objetivando o aumento da produção agropecuária, aderiu a tecnologias que fomentaram a industrialização da agricultura brasileira, de forma que a mecanização agrícola, os insumos petroquímicos, as plantas e sementes híbridas e transgênicas e as empresas agroindustriais tornaram-se componentes essenciais para o espaço agrário em transformação.

Conforme Novaes (2017), o golpe verde foi elaborado a partir da pesquisa agropecuária, da concessão de crédito rural subsidiado e da assistência técnica. Dessa forma, algumas políticas foram promovidas para que ela se consolidasse, tais como planos de aquisição de insumos químicos e terras e a desoneração tributária de impostos para agrotóxicos e outros insumos agropecuários - práticas que persistem até hoje e que, conseqüentemente, desestruturaram e continuam a desestruturar as lógicas econômicas e organizativas tradicionais, como comunidades camponesas, indígenas, quilombolas, entre outras. Mais precisamente, os agrotóxicos passaram a ser utilizados de forma sistemática nos EUA, a partir da década de 1950, no Brasil, chegam na década de 1960, no âmbito do Programa Nacional de Defensivos Agrícolas (PNDA), ganhando impulso na década seguinte, sob a vinculação entre a concessão de créditos e a utilização dos “defensivos agrícolas”. Sua adoção legal, no entanto, ocorreu apenas em 1989, com a Lei no. 7.802, regulamentada pelo Decreto no. 4.074, de 2022.

Nas últimas décadas, os avanços tecnológicos e inovações na agricultura e a biotecnologia moderna ocasionados pelo “golpe verde” abriram as portas para que as corporações agroindustriais estabelecessem uma estrutura de poder e dominação no meio rural, fazendo com que o trabalho dos produtores rurais se torne intimamente submetido às exigências das empresas agrocomerciais, cada vez mais consolidadas em um comércio agrícola mundial oligopolizado e dominado pelas “trading companies”, desde a produção de insumos até a distribuição e comercialização dos produtos finais. Essas corporações transnacionais, como denominado por Mészáros (2009), possuem um controle que lhes permite influenciar políticas públicas, normas regulatórias e práticas agrícolas em diversos países, que caminham na contramão dos interesses da assim chamada agricultura camponesa. A Bayer, a Basf e a Dow são algumas dessas grandes corporações que controlam o mercado de sementes transgênicas e de agrotóxicos no Brasil.

Legatário das transformações ocorridas no campo brasileiro, sob o influxo da ditadura civil-militar (1964-1985), da modernização conservadora do campo, da integração da base técnica da agricultura com a indústria, da formação dos complexos agroindustriais (CAIS), dos programas de colonização das regiões

Centro-Oeste e Norte, da formação do Sistema Nacional de Crédito Rural (1965), da preservação de uma estrutura fundiária altamente concentrada, do forte êxodo rural, dentre outros aspectos, o agronegócio emerge no país já no contexto da reestruturação produtiva do capital e da implementação das políticas neoliberais, nos anos 1990, como expressão do que Mészáros (2009) chamou de crise estrutural do capital (FIRMIANO, 2016).

Conforme afirmou Delgado (2010), foi no segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso que houve o que o economista chamou de “relançamento do agronegócio”, a partir de um conjunto de iniciativas convergentes, tais como (a) investimentos em infraestrutura; (b) direcionamento do sistema público de pesquisa agropecuária para as empresas transnacionais, via Embrapa; (c) frouxidão na regulação do mercado de terras; (d) exercício de uma política cambial favorável a competitividade dos agronegócios. Isto, vale lembrar, num contexto de expansão das grandes transnacionais do agronegócio, por meio de aquisições de ativos existentes e novos investimentos, que lhes permitiu o controle de setores estratégicos das cadeias de produção do setor agropecuário (BENETTI, 2004) – além de sua organização política, com a criação, em 1994, da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), dentre um conjunto de organizações patronais do setor agrícola e agropecuária que já atuavam politicamente no país.

Sob o comando do capital financeiro, emerge uma concepção sistêmica de agronegócios como um complexo que vai muito além das atividades produtivas no interior da propriedade rural (ou “dentro da porteira”), incluindo atividades de distribuição de suprimentos, armazenamento, processamento e manufatura, que articula uma complexa rede de agrosserviços, constituindo novos ramos e cadeias no complexo produtivo agropecuário.

Esta complexa articulação de capitais, representada pela instalação de segmentos industriais, agroindustriais, fábricas de fertilizantes [e agrotóxicos], máquinas agrícolas, serviços, pela comercialização, armazenagem, assistência técnica, produção agrícola e agropecuária, expandiu substantivamente os agronegócios ao longo dos anos 2000, tanto no que concerne a sua territorialização nas regiões mais dinâmicas do País, e naquelas onde há espaço para ampliação da fronteira agrícola, quanto monopolizando os territórios da produção agropecuária por meio do comando direto e indireto do processo produtivo (...) [e] nem mesmo as unidades familiares de produção agrícola e não-agrícola escaparam a este processo (FIRMIANO, 2016, p. 56).

O complexo dos agronegócios constituem-se, pois, como um pilar fundamental da configuração da economia nacional – e da política brasileira – no contexto de formação da nova divisão internacional do trabalho, decorrente do

ajuste estrutural do capitalismo global, onde o Brasil passou desempenhar um importante papel como grande fornecedor de commodities na presença de sua conversão em plataforma de valorização financeira para o capital transnacional. De tal forma que, daí por diante, não houve governo cujo bloco de forças não fosse constituído pela totalidade ou por parte dos setores dos agronegócios.

### **A conjuntura agrária e o bloco de forças agro do governo Lula-Alckmin**

O pleito eleitoral de 2022, que alçou Lula da Silva ao terceiro mandato presidencial, tratou-se de uma disputa política travada em meio a emergência e consolidação da extrema-direita no país – processo que remonta, pelo menos, às mobilizações de junho de 2013, passando pela crise econômica, política e social que emerge a partir de 2014, o golpe institucional contra Dilma Rousseff, a prisão do atual presidente como resultado do lavajatismo<sup>5</sup>, o governo ultraneoliberal de Michel Temer e suas contra reformas que subtraíram direitos fundamentais da classe do trabalho, da eleição de Jair Bolsonaro (como síntese desse movimento) e das consequências da pandemia da Covid-19.

O que se viu na referida eleição foi a formação de uma ampla frente em torno da candidatura Lula-Alckmin sob o argumento geral das esquerdas de que era necessário “derrotar o fascismo” e “defender a democracia”<sup>6</sup>. Frente ampla, categoria aqui assumida por falta de outra melhor, formada por importantes setores das esquerdas, a exemplo das forças que compõem a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo, e setores da direita não identificados ao fascismo. É certo que podemos argumentar com segurança que todos os blocos de força que sustentaram os governos do PT foram constituídos por setores da burguesia (OLIVEIRA, 2010), mas na atual conjuntura, a identificação, ou não, à extrema-direita concorreu como forte componente do apoio a determinado candidato além, é claro, das possibilidades de ganhos desses setores do capital com tal ou qual candidatura.

<sup>5</sup> Em 17 de março de 2014, a Polícia Federal deflagrou a Operação Lava Jato para investigar crimes financeiros e desvios de recursos públicos, envolvendo doleiros e proprietários de postos de combustíveis, evoluindo para a investigação de casos de corrupção no âmbito da Petrobrás. Passou, então, a envolver empresas do setor de construção civil, dos agronegócios e a quase totalidade dos partidos políticos brasileiros. Rapidamente, no contexto de avanço da extrema direita no país, ganhou a espetacularização midiática, com a promessa de limpeza moral da política brasileira. Capitaneada pelo juiz titular de primeira instância da 14ª Vara da Justiça Federal de Curitiba, que mais tarde se tornaria Ministro da Justiça do governo Bolsonaro (2019-2022), o lavajatismo operou o indiciamento, prisão de dezenas de políticos e servidores públicos de distintos escalões, com especial destaque para a prisão arbitrária de Lula da Silva, que abriu o caminho para a eleição de Jair Bolsonaro – não sem promover um quase desmonte da Petrobrás.

<sup>6</sup> Vide os diversos manifestos públicos em apoio à candidatura Lula-Alckmin, cujo teor, a despeito das nuances, gravitaram em torno do argumento da necessidade de derrotar o fascismo. Alguns exemplo: Manifesto dos Juristas, profissionais e estudantes de Direito, Manifesto dos Artistas, Manifesto de Apoio à Democracia, Manifesto da Coalizão Negra por Direitos, para mencionar apenas alguns poucos. Certamente, não se pode desconsiderar nesta análise o movimento concreto de tentativas de ruptura democrática, cujo ápice, dentre um conjunto de eventos importantes que não cabe nesta breve nota, ocorreu em 8 de janeiro de 2023, com uma série de invasões do Congresso Nacional, Palácio do Planalto, Supremo Tribunal Federal, vandalismos e depredações do patrimônio público por milhares de bolsonaristas e militantes de extrema direita.

O agronegócio mostrou-se empenhado na reeleição de Jair Bolsonaro, cujos setores mais importantes integraram o governo, que contou, ainda, com importantíssimo alinhamento da bancada ruralista. Entre as entidades do setor, os presidentes da Aprosoja Brasil, CNA e Aliança Internacional do Milho (Maizall) não apenas declararam voto, como destinaram recursos financeiros volumosos para a campanha de Bolsonaro. Além disso, dentre os 20 principais financiadores individuais de sua campanha, 7 são ligados ao setor, dentre os quais, o pecuarista Hugo de Carvalho Ribeiro (cunhado de Blairo Maggi, que teria apoiado Lula); Cornélio Adriano Sanders, fundador do grupo Progresso (de produção de soja e milho, dentre outros); Oscar Luiz Cervi, fazendeiro e produtor de soja, milho e algodão; Odílio Balbinotti Filho, presidente do Grupo Atto Sementes; Darsi Fritzen, da Agro Fritzen; o agropecuarista Celso Gomes dos Santos; Gilson Trennepohl, acionista da Stara, fabricante de máquinas agrícolas, para mencionar apenas alguns. Inúmeros sindicatos rurais, entidades regionais e grupos de produtores capilarizaram o apoio à Bolsonaro, garantindo sua expressiva votação, particularmente, em municípios de economia agropecuária.<sup>7</sup> Mesmo depois do pleito, os setores mais conservantistas do agronegócio brasileiro, seguiram engrossando as fileiras do bolsonarismo, frequentemente tensionando o governo Lula-Alckmin.

De acordo com a imprensa, a bancada ruralista avalia que a relação com o governo Lula é de “contenção de danos”, a despeito da orfandade de Bolsonaro, de seus setores mais tradicionais. São esses setores, da chamada “porteira para dentro” os mais antipetistas e vinculados de forma mais visceral ao bolsonarismo e os que dispõem de cerca de metade do Congresso Nacional em sua representação. Já a agroindústria e a cadeia de insumos, serviços e distribuição (“da porteira para fora”), historicamente representada pela Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) – e que detém a maior parte do faturamento do setor – e esteve associada ao projeto político do PSDB, com sua pulverização, tende a um diálogo mais aberto com o atual governo. Neste, cumpre destacar a atual de Geraldo Alckmin, capitaneando tais setores para o governo<sup>8</sup>. Foi pelas mãos de Alckmin, junto de Aloízio Mercadante (atual presidente do BNDES), e suas articulações com Neri Geller (ex-ministro da Agricultura), e com o empresário ligado a Blairo Maggi, Carlos Augustin, que Carlos Fávaro alcançou o posto mais alto do MAPA, inclusive, tornando Augustin seu assessor especial<sup>9</sup>.

<sup>7</sup> Bolsonaro ou Lula? Veja quem os empresários do agronegócio apoiam. Portal Valor Econômico. 21/10/2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/21/bolsonaro-ou-lula-veja-quem-os-empresarios-do-agronegocio-apoiam.ghtml>. Acesso em 23 Mai. 2024.

<sup>8</sup> Agro se move entre bolsonarismo, orfandade na centro-direita e desconfiança com Lula. Portal Folha de São Paulo. 16/09/2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/09/agro-se-move-entre-bolsonarismo-orfandade-na-centro-direita-e-desconfianca-com-lula.shtml>. Acesso em 23 Mai. 2024.

<sup>9</sup> Agro se move entre bolsonarismo, orfandade na centro-direita e desconfiança com Lula. Portal Folha de São Paulo. 16/09/2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/09/agro-se-move-entre-bolsonarismo-orfandade-na-centro-direita-e-desconfianca-com-lula.shtml>. Acesso em 23 Mai. 2024.

Após mais de um ano de governo Lula-Alckmin, o Planalto vem enredando muitos esforços no sentido de convergir com os interesses dos agronegócios, lutando para “penetrar no agro e desbolsionarizá-lo”, com destaque para as novas regras do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (Carf) e da Reforma Tributária, que incorporaram as pautas da bancada ruralista, o Programa Combustível do Futuro, que visa estimular a produção de “combustíveis sustentáveis”, de baixa intensidade de carbono, apoiando a produção agrícola destinada para tal, a exemplo da cana-de-açúcar e produção de etanol, a abertura de 37 novos mercados, em 19 países, de 4 continentes, e os Planos Safra<sup>10</sup>. Em junho de 2023, por ocasião do lançamento do Plano Safra 2023/2024, em Brasília, Lula sinalizou ao agronegócio, afirmando: “se enganam aqueles que pensam que o governo vai fazer mais ou menos porque tem problemas com o agronegócio brasileiro”<sup>11</sup> - o que foi respondido pelo deputado Evair de Melo, do PP-ES, que disse: “o agro não está à venda, não é o dinheiro que irá consertar as feridas abertas com as ofensas do presidente...”<sup>12</sup>.

O Plano Safra 2023/2024, anunciado em meados de 2023, destinou R\$ 435,8 bilhões para o setor, entre linhas de crédito para investimentos, custeio e capital de giro, o que representou cerca de 27% de incremento com relação ao ano anterior e o maior valor já concedido para o setor em toda a história. De acordo com o Ministro do MAPA, em participação na importante feira agropecuária Agrishow, em abril de 2024, em Ribeirão Preto: “[...] a expectativa é que a gente consiga, e já é determinação do presidente Lula, que o Plano Safra (2024/2025) seja de novo recorde, seja maior[...]”<sup>13</sup>.

Apesar disso, conforme afirmou Carlos Fávaro, em participação no programa Roda Vida, da TV Cultura, os agronegócios relutam apoiar o governo por, basicamente, 6 razões: (a) o suposto fato de que Lula não teria aceitado o apoio dado pelo agronegócio à Jair Bolsonaro nas eleições de 2022; (b) as modificações feitas por Lula no Ministério da Agricultura, entre elas: a perda do controle do setor sobre o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (CAR), que cuida da regularização fundiária (deslocada, inicialmente, para o Ministério do Meio Ambiente e, após a insurgência da bancada ruralista no Congresso, para o Ministério da Gestão, comandado por Esther Dweck); a realocação da

<sup>10</sup> Agro se move entre bolsonarismo, orfandade na centro-direita e desconfiança com Lula. Portal Folha de São Paulo. 16/09/2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/09/agro-se-move-entre-bolsonarismo-orfandade-na-centro-direita-e-desconfianca-com-lula.shtml>. Acesso em 23 Mai. 2024.

<sup>11</sup> Se engana quem diz que penso diferente do agro, diz Lula. Portal Poder 360. 27/06/2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/e-engano-achar-que-tenho-diferencas-ideologicas-com-o-agro-diz-lula/>. Acesso em 23 Mai. 2024.

<sup>12</sup> ‘O agro não está à venda, diz liderança da bancada ruralista, após Lula anunciar o Plano Safra’. Portal Carta Capital. 27/06/2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-agro-nao-esta-a-venda-diz-lideranca-da-bancada-ruralista-apos-lula-anunciar-o-plano-safra/>. Acesso em 23 Mai. 2024.

<sup>13</sup> Plano Safra: governo federal promete novo recorde para ciclo 2024/2025. Portal G1. 29/04/2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/agrishow/noticia/2024/04/29/plano-safra-governo-federal-promete-novo-recorde-para-ciclo-20242025.ghtml>. Acesso em 24 Mai. 2024.

Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (que haviam sido alocadas por Bolsonaro no âmbito do MAPA), que ainda assumiu de volta a Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp) e a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), além da reativação do Ministério da Pesca; (c) a volta das ocupações de terra promovidas pelo MST, que haviam cessado durante o governo Bolsonaro; (d) a inclusão de João Pedro Stédile em viagem presidencial oficial à China; (e) o fato de Lula ter chamado integrantes do agronegócio de “fascistas” por ocasião do veto do setor a presença do Ministro da Agricultura na Agrishow, em Ribeirão Preto, em detrimento da visita de Jair Bolsonaro; (f) a presença do governo, particularmente do vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, na Feira Nacional da Reforma Agrária, realizada em São Paulo, pelo MST<sup>14</sup>.

### **Os agrotóxicos e a degradação da relação ser social e natureza**

Conforme Firmiano (2022), a partir de dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), entre as safras de 1976/1977 e 2017/2018, houve um aumento muito expressivo da produção de soja no Brasil, particularmente, em direção à região Centro-Sul do país e de Organismos Geneticamente Modificados (OGM). Citando dados do Conselho de Informações sobre Biotecnologia (CIB), o autor menciona que, em 2018, 96,5% do total da área de soja no país era de transgênicos. Em 2019, agora com dados do International Service for the Acquisition of Agri-Biotech Applications (ISAAA), a área total ocupada com transgênicos no país era de 52,8 milhões de hectares (contra 49,1 milhões, em 2016). Destes, 35,1 milhões estavam ocupados por soja. Estudos como o de Almeida *et al.* (2017) estabelecem relação direta entre as plantas GMs e o consumo de agrotóxicos.

Ainda em 2015, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva, a Abrasco, em seu documento intitulado “Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde”, mostrou que, desde 2008, o Brasil liderava o consumo mundial de agrotóxicos. O relatório ainda trazia um estudo realizado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, segundo o qual, 63% de amostras de alimentos coletadas em todos os estados da federação, apresentavam contaminação por agrotóxicos – não sem a ressalva de tratar-se de informação provavelmente subestimada. Alimentos como pimentão, morango, pepino, alface, cenoura, abacaxi, beterraba, mamão estavam entre os mais contaminados.

Há uma década, Rigotto, Vasconcelos e Rocha (2014, p. 1) afirmavam que:

<sup>14</sup> Por que o agro não gosta de Lula? Ruralistas citam seis motivos. Portal Nova Cana. Disponível em: <https://www.novacana.com/noticias/agro-nao-gosta-lula-ruralistas-citam-seis-motivos-240523>. Acesso em 23 Mai. 2024.

Os agrotóxicos constituem hoje um importante problema de saúde pública, tendo em vista a amplitude da população exposta nas fábricas de agrotóxicos e em seu entorno, na agricultura, no combate às endemias e outros setores, nas proximidades de áreas agrícolas, além de todos nós, consumidores dos alimentos contaminados. Entre 2007 e 2011, de acordo com os dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), houve um crescimento de 67,4% de novos casos de acidentes de trabalho não fatais devido a agrotóxicos, e o coeficiente de intoxicações aumentou em 126,8%, crescimento este maior entre as mulheres (178%). Porém, o subdiagnóstico e a subnotificação são fartamente reconhecidos para os casos agudos – a limitação é ainda maior quando se trata de avaliar os efeitos crônicos dos agrotóxicos –, quadro explicável diante do progressivo aumento do consumo e intensificação do uso dessas substâncias no país.

Lopes e Albuquerque (2018) realizaram trabalho de revisão sistemática da literatura, recorrendo a uma metodologia descritiva-analítico-reflexiva, da produção científica sobre a relação entre agrotóxicos e a saúde, no período entre 2011 e 2017. Sua pesquisa encontrou 615 publicações entre artigos, teses de doutoramento e dissertações, em bases de dados como a Web of Science, Scielo, Capes e BVS. Segundo as autoras, do ponto de vista do meio ambiente:

De modo geral, os estudos encontrados nesta pesquisa [...] demonstram importante interferência dos agrotóxicos no equilíbrio do ecossistema e, conseqüentemente, na vida animal e humana. Os impactos vão desde alteração da composição do solo, passando pela contaminação da água e do ar, podendo interferir nos organismos vivos terrestres e aquáticos, alterando sua morfologia e função dentro do ecossistema. A alteração do ecossistema e da morfologia de muitos animais e vegetais usados na alimentação humana pode interferir negativamente na saúde humana” (LOPES; ALBUQUERQUE, 2018, p. 523-524).

Do ponto de vista da saúde humana, a maior parte das pesquisas identifica casos de intoxicação e agravos à saúde. À título de exemplo, entre 1999 e 2009 houve cerca de 10 mil casos de intoxicação por agrotóxicos somente na região Nordeste do país. As pesquisas evidenciam, por exemplo, danos em mecanismos de defesa celular, alterações nas atividades de telômeros, transtornos mentais, aumento dos casos de suicídio, alterações celulares associadas a alguns tipos de câncer dentre outros acometimentos, como dores de cabeça, de estômago, dor lombar, gastrites, depressão, ansiedade, para mencionar alguns casos (LOPES; ALBUQUERQUE, 2018).

Mais recentemente, Frota e Siqueira (2021) trouxeram um importante alerta. Ao indicarem que desde 2008 o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos

do mundo, afirmam que, em média, o brasileiro consome cerca de 7kg de agrotóxicos por ano. E com dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), indicam que, entre 2007 e 2016, as intoxicações derivadas da utilização dos agrotóxicos, ocuparam o segundo lugar entre as intoxicações exógenas e a primeira colocação em letalidade.

### **A liberação dos agrotóxicos na última década e a reiteração permanente do modelo predatório do agronegócio**

O agronegócio brasileiro se consolidou como um setor dominante da economia nacional, a partir das corporações transnacionais e de um conjunto de políticas públicas de incentivo permanente ao agigantamento do setor, favorecendo grandes proprietários rurais e promovendo o uso intensivo de insumos químicos, como os agrotóxicos. Sobre isso, aliás, há 40 anos, o Brasil vem se destacando como um dos maiores consumidores de agrotóxicos do mundo, com uma trajetória de regulamentações cada vez mais permissivas.

Entre 2019 e 2022, o Brasil experimentou o maior número de registros de novos agrotóxicos para uma gestão presidencial, desde 2003, de acordo com dados da Coordenação-geral de Agrotóxicos e Afins (CGAA) do Ministério da Agricultura. Conforme já apontamos na introdução deste trabalho, o governo Jair Bolsonaro liberou 2.182 novos agrotóxicos. Desde 2016, os registros de agrotóxicos vêm aumentando no país, conforme mostra a tabela abaixo<sup>15</sup>:

**Tabela 1 – Liberação de agrotóxicos no Brasil de 1998 a 2022.**

Período/governo	Nº de agrotóxicos liberados
1999 a 2002 (FHC)	250
2003 a 2010 (Lula)	993
2011 a 2014 (Dilma)	572
2015 a 2018 (Dilma/Temer)	1.269
2019 a 2022 (Bolsonaro)	2.182

Fonte: Coordenação-geral de Agrotóxicos e Afins (CGAA) do Ministério da Agricultura citado por Portal GI, 04/02/2023.

Vale destacar que, do total de agrotóxicos liberados pelo governo Bolsonaro, 98 são inéditos e o restante, ou cópias de matérias-primas já utilizadas, ou produtos finais baseados em ingredientes previamente comercializados. Ainda, 1.816 são produtos químicos, de alto impacto ambiental. Tais números, decorrem, pois, da importante reorganização ocorrida na Agência Nacional de

<sup>15</sup>Bolsonaro liberou 2.182 agrotóxicos em 4 anos, recorde para um governo desde 2003. Portal GI. 04/02/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2023/02/04/bolsonaro-liberou-2182-agrotoxicos-em-4-anos-recorde-para-um-governo-desde-2003.ghtml>. Acesso em 24 Mai. 2024

Vigilância Sanitária (Anvisa), ainda sob o governo de Michel Temer, dentre as quais, destaca-se o fortalecimento do setor de agrotóxicos, a fim de acelerar as solicitações de análises. Processo este intensificado sob a gestão Bolsonaro<sup>16</sup>.

Conforme Firmiano (2020), ao lado do licenciamento ambiental para grandes projetos intensivos em natureza, à exemplo do complexo da minero-industrial, o afrouxamento da liberação dos agrotóxicos esteve entre as principais pautas do Ministério da Agricultura, sob o comando de Tereza Cristina, no governo Bolsonaro, quem encampou o Projeto de Lei no. 6.299, de 2002, conhecido como “PL do Veneno”, proposto pelo então senador Blairo Maggi. No entanto, emperrado no Congresso Nacional – que o aprovaria no mandato do governo Lula-Alckmin, em 2021, Bolsonaro editou o Decreto no. 10.833, de 8 de outubro, alterando a Lei dos Agrotóxicos que vigia desde 1989.

Dentre as modificações impostas pelo referido Decreto, destaca-se a liberação de perigosos pesticidas, em casos de existência de “limites seguros de exposição”. O decreto também criou o rito de “tramitação prioritária” para a aprovação de novos produtos, redundando nos números vistos anteriormente. Produtos inéditos tomados como “prioritários” que, apesar do prazo de até 120 dias para análise, chegavam a levar, em média, 6 anos para análise e aprovação, passaram ter prazo máximo de 12 meses para avaliação e conclusão. A classificação entre “prioritário” e “ordinário” passou a ficar a cargo do Ministério da Agricultura que, como afirmado anteriormente, ganhou grande musculatura sob o governo Bolsonaro<sup>17</sup>.

A despeito do PL do Veneno, o projeto de Lei (antes PL no. 6.299, de 2002), foi aprovado em novembro de 2023 no Congresso Nacional, pelo Senado, sob a forma de Projeto de Lei 1.489/2022, em regime de urgência. Em dezembro do mesmo ano, Lula da Silva sancionou a Lei, vetando trechos como a concessão de poder exclusivo ao Ministério da Agricultura para liberar e fiscalizar os agrotóxicos, além da reutilização, prevista na lei, de embalagens de agrotóxicos e da flexibilização na divulgação de informações no rótulo dos produtos sobre os riscos associados à saúde e ao meio ambiente. Em maio de 2024, o Congresso Nacional derrubou os vetos do presidente, restituindo o poder quase absoluto do Ministério da Agricultura sobre a matéria e reduzindo de forma drástica o papel da Anvisa e Ibama no processo de análise, liberação e fiscalização dos agrotóxicos.

Mas se for verdade, como indicamos anteriormente, que sob a gestão Lula-Alckmin, o Ministério da Agricultura passou por um processo de desidratação,

<sup>16</sup> Bolsonaro liberou 2.182 agrotóxicos em 4 anos, recorde para um governo desde 2003. Portal G1. 04/02/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2023/02/04/bolsonaro-liberou-2182-agrotoxicos-em-4-anos-recorde-para-um-governo-desde-2003.ghtml>. Acesso em 24 Mai. 2024

<sup>17</sup> Via Decreto, Bolsonaro altera Lei dos Agrotóxicos e flexibiliza aprovação dos venenos. Portal Agência Pública. 08/10/2021. Disponível em: <https://apublica.org/2021/10/via-decreto-bolsonaro-altera-lei-dos-agrotoxicos-e-flexibiliza-aprovacao-dos-venenos/>. Acesso em 24 Mai. 2024.

quando importantes órgãos e agências foram realocadas ou restituídas para outras pastas do governo, a exemplo do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério do Meio Ambiente, ou ainda o Ministério de Gestão, também é verdade que o ritmo de liberação de novos agrotóxicos seguiu em alta.

Apesar da notícia de queda do número de liberações de agrotóxicos no Brasil em 2023, com relação ao ano anterior, o governo Lula-Alckmin aprovou 555 produtos (sendo 35 inéditos), constituindo-se na terceira maior quantidade de aprovações da série histórica, iniciada no segundo mandato de FHC. Dentre eles, destaca-se o Resuris, da FMC Technologis Inc., produzido à base de Fluindapir e Clorotalonil, utilizado nas monoculturas da soja, milho e amendoim, considerado pela Anvisa como “altamente tóxico” para a saúde humana. Do total aprovado em 2023, ainda há, de acordo com o Ibama, 14 produtos considerados “muito perigosos” para o meio ambiente<sup>18</sup>.

O professor Marcos Pedlowski, responsável pelo Observatório dos Agrotóxicos, ligado à Universidade Estadual do Norte Fluminense, analisou esse processo, quando o governo, após 7 meses, havia liberado apenas 232 pesticidas. À época, dentre os pesticidas aprovados, ele afirmava que 5 produtos se destacam dentro do que se classifica como “altamente tóxico” para a saúde humana e 2 deles como “altamente perigosos” para o meio ambiente, além de outros 47 considerados “muito perigosos”. E o pesquisador fazia um alerta: referindo-se às modificações legais na forma de classificação da periculosidade dos pesticidas, ocorrida pelo decreto de 2021, do governo Bolsonaro, diz: “é preciso lembrar que se os mesmos princípios ativos fossem classificados de acordo com a legislação anterior, tais números seriam mais altos”. E prossegue o cientista: “ao contrário do que havia sido prometido, Lula está mantendo o nível de aprovações de agrotóxicos semelhante ao que foi praticado por Jair Bolsonaro. E, pior, muito acima do que foi praticado nas gestões anteriores [...]”. Para ele, esse processo exacerbado de liberações sugere um apoio tácito à aprovação do Pacote do Veneno: “[...] a chance é que padrões ainda mais flexíveis sejam transformados em lei”<sup>19</sup>.

Assim, a política de liberação de agrotóxicos no governo Lula-Alckmin é um reflexo explícito da afirmação de um modelo agrário predatório movido pelos agronegócios. Esse modelo coloca em evidência a produção em larga escala e o uso intensivo de insumos químicos, reiterando a predominância de monoculturas, que são características centrais deste sistema, o que, dentre

<sup>18</sup> Liberação de agrotóxicos cai no Brasil em 2023, após sete anos seguidos de alta. Portal G1. 10/01/2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2024/01/10/liberacao-de-agrotoxicos-cai-no-brasil-em-2023-apos-sete-anos-seguidos-de-alta.ghtml>. Acesso em 24 Mai. 2024.

<sup>19</sup> Governo Lula segue ritmo de Bolsonaro na liberação de agrotóxicos. Portal Rede Brasil Atual. 05/08/2023. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/governo-lula-segue-ritmo-de-bolsonaro-na-liberacao-de-agrotoxicos/>. Acesso em 24 Mai. 2024.

suas diversas contradições, produz impactos ambientais e para a saúde humana devastadores.

### Considerações finais

A eleição de Lula da Silva para seu terceiro mandato no mais alto posto de comando do Estado representou modificações importantes, particularmente políticas, no plano da democracia brasileira, com relação ao período anterior da gestão do Estado. Particularmente no âmbito da governança do campo, por assim dizer, houve uma significativa desidratação do Ministério da Agricultura e Pecuária, anteriormente aparelhado pelas forças mais conservantistas do mundo rural, senão reacionárias, com o deslocamento ou restituição de órgãos e agências públicas a outros ministérios do governo, responsáveis por processos de demarcação de terras, política de reforma agrária, licenciamento ambiental, dentre outros.

No entanto, longe de significar o arrefecimento, o que se viu foi a manutenção ou mesmo ampliação do padrão predatório dos agronegócios como modelo de desenvolvimento rural no país – o que pode ser visto em uma das pautas mais caras a setor agropecuário, a liberação dos agrotóxicos. Como se viu, o ritmo de liberação de novos produtos manteve, no governo Lula-Alckmin, o altíssimo patamar que havia conquistado sob o governo Bolsonaro, mesmo sob protestos de importantes organizações de saúde da sociedade civil e dos diversos estudos científicos que vêm realizados no país há décadas, alertando sobre os impactos perigosos para a saúde humana e o meio ambiente. Se em 4 anos, o governo Bolsonaro foi responsável pela liberação de 2.182 agrotóxicos, somente em seu primeiro ano, Lula da Silva responde pela liberação de 555.

De modo geral, podemos dizer que se trata da reiteração permanente do padrão destrutivo imposto pelo complexo dos agronegócios no plano das condições elementares da reprodução da existência, que encontra respaldo em medidas diretas e indiretas do novo governo, em seu esforço permanente para atrair as bases dos agronegócios para seu projeto.

### Referências

ALMEIDA, V. E. S. de. *et al.* Use of genetically modified crops and pesticides in Brazil: growing hazards. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 10, p. 3333-3339, out. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320172210.17112017>. Acesso em: 13 jan. 2020.

BENETTI, M. D. A internacionalização real do agronegócio brasileiro – 1990-03. *In.*: **Indic. Eco. FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 197-222, ago. 2004. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/260/454>. Acesso em 30 Mai. 2024.

CARNEIRO, F. F. *et al.* (org.). **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde.** Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

DELGADO, G. C. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. *In.*: CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil.** [tradução de Cristina Yamagami]. – São Paulo: Editora UNESP, 2010.

INSTITUTO DE DEFESA DE CONSUMIDORES. **Tem Veneno Nesse Pacote: novos produtos, velhos problemas.** Vol.3. IDEC: Brasília, 2024. Disponível em: <https://idec.org.br/veneno-no-pacote?validacaoemail=true&descricao=/veneno-no-pacote&interesse=Cartilha%20%20Tem%20Veneno%20Nesse%20Pacote%20-%20Volume%203&aceito=false>. Acesso em 23 Mai. 2024.

FIRMIANO, F. D. **Desenvolvimento e questão agrária no Brasil: problemas do passado e dilemas para o futuro.** Belo Horizonte : EdUEMG, 2022.

FIRMIANO. “Quem lamenta os estragos – se os frutos são prazeres?” O bloco de poder agro do governo Bolsonaro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 364-387, jun. 2020. Disponível em: [https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa28-2\\_05\\_quem\\_lamenta](https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa28-2_05_quem_lamenta). Acesso em 23 Mai. 2024.

FIRMIANO. **O padrão de desenvolvimento dos agronegócios no Brasil e a atualidade histórica da reforma agrária.** São Paulo: Alameda Editorial/FAPESP, 2016.

FROTA, M. T. B. A.; SIQUEIRA, C. E. Agrotóxicos: os venenos ocultos na nossa mesa. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 2, p. 00004321, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/pWgs4R38wDw6NBWIKzYshwYx/#>. Acesso em 23 Mai. 2024.

LOPES, C. V. A.; ALBUQUERQUE, G. S. C. DE .. Agrotóxicos e seus impactos na saúde humana e ambiental: uma revisão sistemática. **Saúde em Debate**, v. 42, n. 117, p. 518–534, abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/bGBYZvVVKMrV4yzqfwwKtP/?lang=pt#>. Acesso em 24 Mai. 2024.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** - Boitempo Editorial: São Paulo, 2009.

NOVAES, H. T. Reestruturação do campo e o fetichismo da “revolução verde”. **Revista Ciências do trabalho**, n. 9, dez. 2017. Disponível em: <https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/152>. Acesso em 20 Mai. 2024.

RIGOTTO, R. M.; VASCONCELOS, D. P. E. ; ROCHA, M. M. Pesticide use in Brazil and problems for public health. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 30, n. 7, p. 1360–

1362, jul. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/7ZdQTpMhCT5n-6Gv9ZHIKnqK/?format=html&lang=pt#>. Acesso em 23 Mai. 2024.